



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



CONTRATO Nº 032/2024.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS, E A EMPRESA INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO PROMOVE LTDA.

Pôr este instrumento de **CONTRATO**, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS - MG**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.628.860/0001-37, com endereço Av. Nossa Senhora Aparecida, 1522- Bairro Planalto, neste ato representado por seu Presidente o **Sr. Roberto Carlos Nobre Leal**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 934.965.756-20, RG n.º M 842.3634 residente e domiciliado nesta cidade de Brasilândia de Minas, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, **INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO PROMOVE LTDA**, situada à Rua José Ribeiro da Silva, 181 Cidade de Montes Claros, inscrita no CNPJ sob o n.º **51.987.755/0001-62**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio administrador **Sra. Victória Rodrigues Castro**, portadora da Cédula de Identidade n.º 22.693.126-94 e inscrita no CPF sob o n.º 086.764.905-46, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo n.º 023/2024, Dispensa n.º 21/2024, sob a regência da Lei Federal n.º 14.133/21(art. 75, inciso II).

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

1.1- O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO.

(Av.Nossa Senhora Aparecida, 1.522 – Planalto – Brasilândia de Minas – MG Cep: 38.779 – 000 –Telefax:0xx. 38. 3562.1448/1484/1390/1196– contato@brasilandiademinas.mg.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



2.1- Cabe à **CONTRATADA**, e constitui objeto do presente **CONTRATO**, a Contratação de empresa especializada para realização de curso “Contratação Direta na Nova Lei de Licitação nº 14.133/2021” para vereadores e servidores da Câmara Municipal de Brasilândia de Minas-MG.

Item	Descrição
01	<p>Curso de capacitação para servidores e vereadores, com tema “contratação direta na nova lei de licitações nº 14.133/2021: Dispensa, Inexigibilidade e Credenciamento”, qual contemplará palestras técnicas com a entrega de certificado de participação, na sede do Poder Legislativo.</p> <p>Carga horária de 08 horas.</p>

2.1.1- Faz parte integrante deste contrato independente transcrição o Termo de Referência e a proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA- METODOLOGIA.

- 3.1.** A prestação de serviços de capacitação dos servidores da Câmara Municipal referente à Lei de Licitações 14.133/2021, será realizado durante 02 (dias) dias, com a carga horária de 8 (oito) horas.
- 3.1.1.** O treinamento será realizado na sede da Câmara Municipal de Brasilândia de Minas/MG.
- 3.2.** O treinamento será realizado na data e local programados ou, no caso de alteração, comunicação ao contratante com antecedência mínima de 01(uma) semana.
- 3.3.** A Contratada produzirá e disponibilizará os materiais necessários para o uso dos cursistas e demais benefícios inclusos na contratação.
- 3.4.** A contratada emitirá certificado de participação.
- 3.5.** Todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, hospedagem, alimentação, transportes, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto a legislação vigente lhes assegure,

(Av.Nossa Senhora Aparecida, 1.522 – Planalto – Brasilândia de Minas – MG Cep: 38.779 –
000 –Telefax:0xx. 38. 3562.1448/1484/1390/1196– contato@brasilandiademinas.mg.leg.br



inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos, correrão por conta da Contratada.

3.6. O curso deverá seguir a seguinte programação estipulada pela Contratada:

- Introdução ao novo processo de contratação, estudo dos princípios, diretrizes e princípios. Agente Público. Agente da Contratação. Pregoeiro.
- Do Processo Licitatório.
- Fase Preparatória (Planejamento da Licitação).
- Estudo Técnico Preliminar. Elaboração. Estudo do mercado.
- Análise de Riscos.
- Termo de Referência.
- Pesquisa de Preços.
- Modalidade de Licitação.
- Critérios de Julgamento. Menor Preço. Maior retorno Econômico. Maior Desconto.
- De divulgação do edital de licitação.
- De apresentação de propostas e lances, quando for o caso.
- De julgamento.
- De habilitação.
- Recursal.
- De homologação.
- Contratação Direta. Dispensa por valor.
- Instrumento Auxiliar. Credenciamento.
- Aspectos Gerais do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO.

4.1 - É vedada a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA- DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA.

5.1- O contrato advindo da referida dispensa terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, ou até efetivar a contratação do processo licitatório, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA- DO VALOR E PAGAMENTO.



6.1- A contratante pagará a contratada o valor global de R\$ 15.000,00 quinze mil reais).

6.2- Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Câmara, através depósito bancário ou TED em nome da futura contratada, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao que originou a prestação dos serviços, mediante nota fiscal devidamente empenhada.

6.2.1- Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá da sua reapresentação.

6.2.2- A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE.

7.1-O Presente contrato não será reajustado a nenhum índice.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MODIFICAÇÕES E ADITAMENTOS.

8.1-Qualquer modificação das condições estabelecidas neste instrumento só poderá ser determinada pela **CONTRATANTE**, através de aditamento, atendendo ao disposto nas Leis Federais n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

9.1-Os recursos para fazer face às despesas advindas, do presente **CONTRATO**, são oriundos da dotação orçamentária prevista no Orçamento Municipal vigente 01.031.0101.2002.3.3.90.3900 - FICHA: 09

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

10.1. Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza da contratação são obrigações da Contratada:

a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste aviso, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



- b) Prestar esclarecimento à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- c) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- e) Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;
- f) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- i) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- j) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na



licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

k) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.2. São obrigações da CONTRATANTE, além de outras decorrentes do Contrato:

a) Disponibilizar a infraestrutura de material, equipamentos e pessoal de apoio nas diligências de trabalho necessária ao bom desempenho da Equipe Técnica da contratada, quando dos trabalhos realizados na sede da CONTRATANTE;

b) Efetuar o pagamento das obrigações financeiras advindas da Contratação, dentro dos prazos pactuados;

c) Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

d) Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos serviços objeto do Contrato;

f) Proporcionar acesso e movimentação do pessoal da CONTRATADA às suas instalações;

g) Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

h) Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais;

i) Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;

j) Transmitir à CONTRATADA, as instruções necessárias à realização dos serviços, complementares a este Projeto Básico;



- l) Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com seus empregados;
- m) Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

11.1- O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- ALTERAÇÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES.

12.1-A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO.

13.1-A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais;

13.2- Constituem motivo de rescisão, os elencados no artigo Art. 137 da Lei Federal 14.133/21;

13.3- A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei Art. 137 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

14.1-Nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021, será fiscalizado pela Secretaria Executivo.

14.2-A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS PENALIDADES.



15.1- Ocorrendo a hipótese de inadimplência contratual, a contratada ficará sujeita às penalidades prevista no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

15.2- Pela inexecução deliberada, total ou parcial, das condições estabelecidas, a Administração poderá garantir prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes penalidades:

- a)- Advertência por escrito;
- b)- Advertência por escrito;
- c)- Em caso de descumprimento total ou parcial da obrigação assumida, poderá ser aplicada multa de até 30% do valor do contrato, sendo que, em caso de atraso na execução do objeto contratual, será aplicada multa diária de 2% do valor do contrato;
- d)- Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 03 (três) anos, conforme na forma do § 4º do art.156 da Lei n.º 14.133/2021;
- e)- Extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1- Os casos omissos como as dúvidas serão resolvidas com base na Lei Federal 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO.

17.1-As partes elegem o foro da Comarca de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Brasilândia de Minas -MG 11 de dezembro de 2024

ROBERTO CARLOS NOBRE Assinado de forma digital por ROBERTO
CARLOS NOBRE LEAL:93496575620
LEAL:93496575620 Dados: 2024.12.11 14:20:48 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS-MG.

Roberto Carlos Nobre Leal

Presidente da Câmara.

CONTRATANTE

(Av.Nossa Senhora Aparecida, 1.522 – Planalto – Brasilândia de Minas – MG Cep: 38.779 –
000 –Telefax:0xx. 38. 3562.1448/1484/1390/1196– contato@brasilandiademinas.mg.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO PROMOVE LTDA
CNPJ: 51.987.755/0001-62
VICTÓRIA RODRIGUES CASTRO
CPF: 086.764.905-46
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

gov.br

Documento assinado digitalmente

VICTORIA RODRIGUES CASTRO

Data: 11/12/2024 13:51:10-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>